



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Dê-se ao art. 280 do Projeto a seguinte redação:

“**Art. 280.** As alíquotas do IBS e da CBS relativas às operações de que trata esta Seção corresponderão à alíquota-padrão de cada ente federativo reduzida em 60% (sessenta por cento).

§ 1º (Suprimir)

§ 2º (Suprimir)

§ 3º (Suprimir)

§ 4º (Suprimir)

§ 5º (Suprimir)

§ 6º (Suprimir)”

JUSTIFICAÇÃO

A redação atual do art. 280 do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, aponta a intenção de manutenção da carga tributária sobre os serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos. Porém, metodologia de cálculo proposta é imprecisa e ilimitada, ao considerar todos os tributos incidentes e não creditados nos bens, serviços e direitos adquiridos direta e indiretamente por hotéis e parques.

A maioria dos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduzem o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) para atividades intensivas em mão-de-obra. Cerca de 65% dos países membros reduzem o IVA para produtos turísticos, com alíquota média de 11,7%, comparada à média de 19% da alíquota padrão: a redução média é de 59%. Nos dez



países que mais recebem turistas brasileiros, a média do IVA é de 11,5%. Em 2023, esses países receberam 8,4 milhões de brasileiros, 37% a mais do que os 5,9 milhões de visitantes estrangeiros no Brasil no mesmo período.

Caso não haja uma alíquota segura para o setor, corremos o risco de exportarmos os nossos turistas e prejudicar a economia de locais que dependem das atividades turísticas para prosperar. A proposta de redução de 60% das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços para as atividades mencionadas visa alinhar o Brasil às boas práticas internacionais, promovendo maior competitividade para os produtos turísticos brasileiros, o que resultaria em impactos positivos na balança comercial, na geração de emprego e na inclusão social.

Convicto da relevância desta medida, pedimos apoio para aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2024.

Senador Marcos do Val
(PODEMOS - ES)

